

CARTA ABERTA

Os trabalhadores e trabalhadoras do setor da indústria da Construção e do Mobiliário, reunidos nos dias 07 e 08 de junho de 2018, representados pelo Conselho de Representantes e a Diretoria da CONTRICOM e por 14 (quatorze) Federações, representando os Estados do Amazonas, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí, Maranhão, Ceará, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Amapá, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, e as capitais Cuiabá (MT) e Vitória (ES), filiadas à Confederação, apresentam a presente **CARTA ABERTA** à sociedade de modo geral, aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos postulantes aos cargos eletivos nas eleições de 2018.

PREÂMBULO

A crise econômica e política que explodiu no Brasil nos últimos anos afetou profundamente as cadeias produtivas da construção.

As políticas econômicas equivocadas de juros altos e descontrole cambial produziram a mais grave recessão de nossa história, levando à redução brutal dos investimentos públicos e, conseqüentemente, dos privados no segmento.

Como resultado desse declínio, mais de 1 milhão de trabalhadores da construção civil perderam seus empregos em apenas três anos. Dados da Fundação Getúlio Vargas indicam que o número de trabalhadores da construção civil no Brasil caiu de 3,57 milhões para 2,489 milhões, no período de 2014 a 2017. E, ainda recentemente, o IBGE constatou que em apenas dois anos, 2015 e 2016, foram destruídos quase meio milhão de postos de trabalho no setor.

Os escândalos de corrupção envolvendo poderosas empresas da engenharia nacional agravaram ainda mais esse quadro de estagnação que interrompeu grandes obras de infraestrutura, gerando ainda mais desemprego.

O atual governo pouco ou nada fez para mudar essa situação. Ao contrário, a falaciosa “reforma” trabalhista, em seis meses de vigência, precarizou ainda mais as relações de trabalho ao favorecer o grande capital, nacional e internacional, e fazer despencar a renda dos trabalhadores.

Mais cedo do que supunham, a promessa de geração de mais empregos com a famigerada mudança na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho - revelou-se uma grande farsa a serviço dos poderosos de sempre.

O alvo dessa “reforma”, além dos direitos e do emprego dos trabalhadores, foi também a estrutura das organizações sindicais – sindicatos, federações, confederações e centrais. A mudança controversa na forma de recolhimento da contribuição sindical, que, segundo os defensores da “nova” lei trabalhista, deve ter a expressa e individual concordância do trabalhador, e não de suas assembleias – conforme enunciado dos magistrados brasileiros, reduziu drasticamente as receitas das entidades laborais, provocando um desequilíbrio brutal entre as partes. Já as assembleias das empresas, segundo eles, têm competência para determinar a contribuição às organizações patronais. Portanto, observamos a prática de dois pesos e duas medidas.

BASTA!

Nesse cenário, consideramos fundamental promover a mobilização permanente dos trabalhadores na defesa de suas conquistas por todos os instrumentos que estiverem ao nosso alcance, nos locais de trabalho, nas mesas de negociação e na Justiça, quando necessário.

É hora de defender com unhas e dentes a Constituição Federal de 1988, o sistema confederativo, as Convenções e os Acordos Coletivos de Trabalho, nunca antes tão ameaçados pelos que alardearam cinicamente a supremacia do negociado sobre o legislado para justificar a maldita lei.

É hora de dar prioridade absoluta aos movimentos sociais e trabalhistas que buscam uma real e verdadeira mudança política no país nas eleições de 2018, em todos os níveis, mas, especialmente, no Congresso Nacional, palco desses retrocessos que atingiram em cheio a classe trabalhadora de nosso país.

O Conselho de Representantes e a Diretoria da CONTRICOM dirigem-se aos pré-candidatos à Presidência da República e aos cargos eletivos do Congresso Nacional (deputados federais e senadores) no sentido de conclamá-los a defender a seguinte agenda mínima dos trabalhadores da construção e demais cadeias produtivas, assim como dos trabalhadores em geral e do movimento sindical:

NO PLANO DA CONSTRUÇÃO E DEMAIS SEGMENTOS

- 1 – Acelerar a política de redução os juros reais e o controle do câmbio cuja frouxidão eleva gravemente os preços dos insumos ainda importados do setor.
- 2- Retomar os investimentos públicos e o crédito para o segmento privado, no setor da construção, cujo dinamismo e complexidade pode induzir uma vasta cadeia produtiva.
- 3 – Reativar, de imediato, a Mesa da Construção, de caráter tripartite, como instrumento de discussão e formulação das políticas de desenvolvimento e geração de empregos no setor.
- 4- Retomar imediatamente as obras de infraestrutura e ampliar o Projeto Minha Casa, Minha Vida.
- 5 – Destinar, nas construções do Projeto Minha Casa, Minha Vida, 30% das unidades aos trabalhadores e trabalhadoras da construção e do mobiliário.

NO PLANO TRABALHISTA E SINDICAL

- 1 – Revogar a Lei 13.467/17 e todos os instrumentos legais que precarizam as relações trabalhistas, como as terceirizações e outras medidas assemelhadas.
- 2 – Restabelecer, por lei, o princípio da ultratividade das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- 3 – Garantir, por lei, um mecanismo de sustentação financeira das entidades laborais, com o restabelecimento pleno da contribuição sindical compulsória. Assegurar o respeito ao disposto no inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, que estabelece que “a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei”.
- 4 – Fortalecer a Justiça do Trabalho e as ações de fiscalização do trabalho e demais estruturas sob a responsabilidade das Superintendências Regionais do Trabalho, estas últimas, hoje, totalmente sucateadas.

NO PLANO GERAL

1 – Revogar a Emenda Constitucional 95 que limitou os gastos e investimentos governamentais em geral, excetuando os de natureza financeira.

2 – Defender as empresas públicas, como a Petrobrás, a Eletrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, entre outras, estratégicas ao desenvolvimento soberano da economia.

A CONTRICOM, desde sua fundação, em 2009, como única e legítima representante dos trabalhadores da construção e do mobiliário de todo país, soma-se a todo movimento sindical e aos trabalhadores brasileiros na defesa intransigente de toda uma história de conquistas nunca tão ameaçadas como nos dias de hoje.

Tudo que estiver ao nosso alcance faremos para defender os direitos e o emprego sagrados de nossos operários, bem como o fortalecimento de nossas organizações sindicais, elemento decisivo e indispensável para a retomada de uma trajetória de avanços que fez o Brasil se notabilizar como uma das nações mais destacadas e evoluídas na proteção do trabalho.

Luziânia (GO), 7 e 8 de junho de 2018

DIRETORIA DA CONTRICOM

Presidente - Altamiro Perdoná (SC)

Vice-Presidente - Ademar Rangel da Silva (SP)

Secretário-Geral - Miraldo Vieira da Silva (BA)

Secretário de Finanças - Aroldo Pinto da Silva Garcia (RS)

Secretário para Assuntos de Trabalho e Prev. Social - Luis Antonio Rodrigues (RJ)

Secretário para Assuntos Sociais da Mulher, Criança, Adolescente e Idoso –

Antonio Rodrigues Fernandes (CE)

Secretário para Assuntos Sindicais - José Braz Constantino (GO)

Secretário para Assuntos Internacionais - Francisco Chagas Costa (Mazinho) (AM)

Secretário para Assuntos Econômicos - Edivan Mariano da Cruz (PE)

Secretário para Educação, Cultura e Lazer - Denilson Pestana da Costa (PR)

Secretário para Assuntos Parlamentares - Iran Farias Guimarães (PA)

Secretário para Assuntos de Comunicação - Wilson Geraldo Sales da Silva (MG)

Secretário para Assuntos da Saúde, Segurança e Meio Ambiente –

Raimundo Nonato Ibiapina (PI)

Secretário para Assuntos de Habitação e Infraestrutura - Francisco Emilio Matos (MA)

Conselho Fiscal (Efetivos): Antonio Lopes de Carvalho (SP) –

Raimundo Ferreira Brito (BA) - Evilásio de Deus Lopes (PI)

FEDERAÇÕES FILILADAS

FETICOM RS – Presidente: Aroldo Pinto Garcia/FETICOM PI – Presidente: Raimundo Nonato

Ibiapina / FETICOM NO-NE – Presidente: Edivan Mariano da Cruz / FETICEMA (MA) – Presidente:

Francisco Chagas Viana / FETRACONSPAR (PR) – Presidente: Reinaldim Barbosa Pereira/

FETICOM SC – Presidente: Altamiro Perdoná / FETRACOMPA (PA/AP) – Presidente: Antônio

Martins Fonseca / FETICOM GO/DF – Presidente: Patrocínio Braz Concentino /

FETICOM AM – Presidente: Francisco Chagas Costa (Mazinho) / FETICOM CE – Presidente: Antônio

Rodrigues Fernandes / FETRACOMBASE (BA/SE) – Presidente: Edson Cruz dos Santos /

FETICOM SP – Presidente: Ademar Rangel da Silva / FETICOM MG – Presidente: Wilson Geraldo

Sales da Silva/FETICOM RJ – Presidente: Luís Antônio Rodrigues